

CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

**CIÊNCIAS
HUMANAS**

e suas **TECNOLOGIAS** >>

Sociologia

Fascículo 4
Unidades 7 e 8

Edição revisada 2016

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Vice-Governador

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado

Gustavo Reis Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado

Antônio José Vieira de Paiva Neto

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Diretoria Adjunta de Material Didático

Cristine Costa Barreto

Elaboração de Sociologia

José Vieira de Sousa

Atividade Extra de Sociologia

Edson Nóbrega

Desenvolvimento Instrucional

Elaine Perdigão

Heitor Soares de Farias

Rômulo Batista

Marcelo Franco Lustosa

Revisão de Língua Portuguesa

Paulo Cesar Alves

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional

Flávia Busnardo

Paulo Vasques de Miranda

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Projeto Gráfico e Capa

Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura
das Unidades

Andreia Villar

Diagramação

Alessandra Nogueira

Bianca Lima

Juliana Fernandes

Juliana Vieira

Patrícia Seabra

Ronaldo d' Aguiar Silva

Ilustração

Clara Gomes

Fernando Romeiro

Jefferson Caçador

Sami Souza

Produção Gráfica

Verônica Paranhos

Sumário

Unidade 7 | Poder, política e Estado 5

Unidade 8 | Poder, política e Estado brasileiro 31

Prezado(a) aluno(a),

Seja bem-vindo(a) a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliar você numa jornada rumo ao aprendizado e ao conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um *site* da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como *chats* e fóruns.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se de que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar *on-line* no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço: <http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>.

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "Identificação de usuário" e "Senha".

Feito isso, clique no botão "Acessar". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Como você pode verificar no mapa do Continente Americano e, sobretudo, a espacialização dessas fronteiras é feita por meio de linhas que definem os territórios dos diversos países existentes na atualidade.

A divisão territorial dentro de um país é definida de diversas formas, a depender dos critérios definidos pelo seu governo. Há fronteiras internas que dividem regiões, estados e municípios (fronteiras administrativas), departamentos, províncias e municípios (fronteiras culturais) e que cada país define a sua divisão territorial de acordo com a sua cultura e compreensão do território.

Os indivíduos que formam um povo são em comum aspectos culturais, como: língua nacional, religião, história, cultura, entre outros. Podemos, no entanto, encontrar em alguns países, sociedades de diferentes povos de diferentes culturas como no caso dos povos indígenas da Índia, da China, da Rússia, entre outros. Há também povos que vivem sob a influência de um poder político central, mas que vivem sob a influência de um poder político central.



Poder, política e Estado brasileiro

Fascículo 4
Unidade 8

Poder, política e Estado brasileiro

Para início de conversa...



Figura 1: E o Brasil?

Enquanto na Europa estavam se constituindo Estados absolutistas e depois Estados liberais, o Brasil permaneceu, desde sua conquista, em 1500, mais de 300 anos como colônia de Portugal. Depois da Independência, em 1822, transformou-se em um Estado monárquico liberal, porém, contra a corrente capitalista internacional, mantinha ainda a escravidão. Contraditório, não é? Escravagista e ao mesmo tempo liberal? Diante de pressões internas e do capitalismo internacional, em 1888 o Brasil aboliu a escravidão e, em 1889, liderado pelos militares, proclamou a República. Um governo republicano apoiado pelas oligarquias rurais foi instituído.

No século XX, Europa e Estados Unidos tentavam reerguer suas economias: emergia o Estado de bem-estar social. E o Brasil? No Brasil, como em vários países da América Latina, surgiam diferentes formas de governo, dentre elas a ditadura militar. Vários golpes militares foram deflagrados na América Latina como se estivessem dentro da lei. Uma vez que os militares chegavam ao poder, exerciam forte controle sobre os cidadãos e as organizações sociais.

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o processo histórico e sociopolítico de formação do Estado brasileiro.
- Compreender o princípio da divisão dos poderes e a organização dos sistemas partidário e eleitoral do Estado brasileiro.
- Distinguir as diferentes formas em que se manifesta a violência.

Seção 1

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista

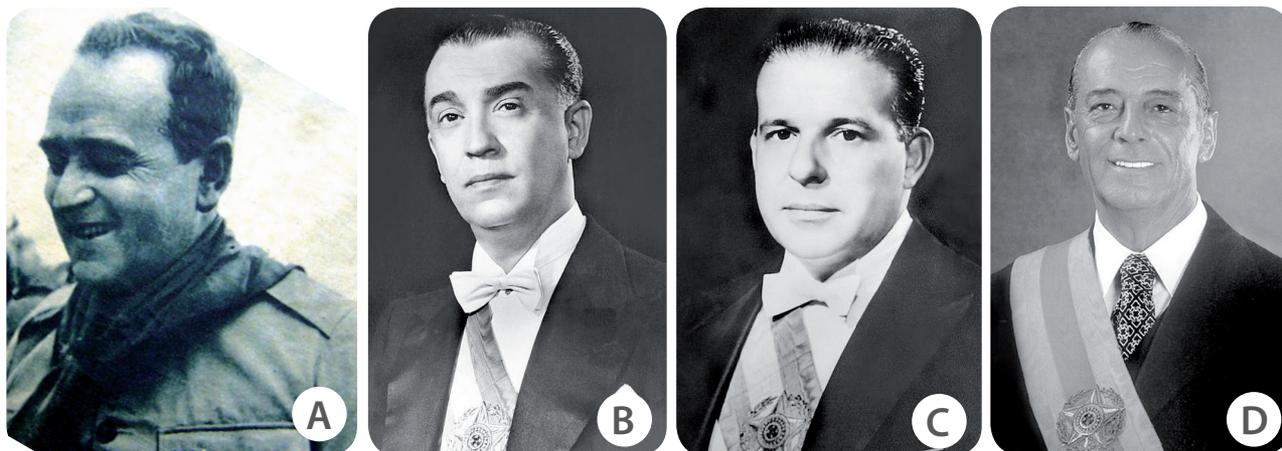


Figura 2: Alguns presidentes que governaram o nosso país: Getúlio Vargas (a), Juscelino Kubitschek (b), João Goulart (c), João Figueiredo (d).

Em 15 de novembro de 1889, um levante político-militar instaurou a forma republicana federativa presidencialista de governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil. Colocou fim ao Império de Dom Pedro II, proclamando a República dos Estados Unidos do Brasil.

Ao longo da história do Brasil República, ocorrem vários golpes de Estado. Entre 1894 e 1930, alternaram-se no poder presidentes ligados politicamente a São Paulo e a Minas Gerais. Esse período da Primeira República, ou República Velha, ficou conhecido pela força política dos coronéis, latifundiários, que apoiavam a política do café com leite, ou seja, a alternância de poder entre São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite).

Em 1930 um golpe de Estado colocou Getúlio Vargas no poder, inaugurando-se a Segunda República ou República Nova. No fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, um golpe de Estado retirou Getúlio Vargas do poder. Vargas, demonstrando grande popularidade, voltou à Presidência em 1951 pelo voto popular, no entanto, em 1954, alegando estar sofrendo grande pressão política, cometeu suicídio. Vargas, apesar de governar de maneira ditatorial, era um presidente muito popular por ter promovido a consolidação das leis trabalhistas (CLT) e por investir em empresas nacionais.

Outro presidente muito popular no país foi Juscelino Kubitschek, que governou de 1956 a 1960. Foi idealizador da construção de Brasília, nova capital do país, e incentivador do desenvolvimento do parque industrial nacional.

A partir de 1961, o Brasil passou por um período político bastante conturbado. Jânio Quadros foi eleito presidente pelo voto popular, mas renunciou. João Goulart, o vice-presidente, assumiu o governo, porém alguns setores

políticos e militares não aceitaram sua posse. Exigiram a instauração de um regime parlamentarista híbrido, ou seja, o parlamento no comando, tendo João Goulart na Presidência. Essa situação durou um ano, e o presidencialismo foi resgatado através de um plebiscito popular realizado em janeiro de 1963.

O plebiscito não acalmou os ânimos dos setores políticos e dos militares que não aderiram à posse de João Goulart. Em 1º de abril de 1964, João Goulart foi deposto através de um golpe militar.

Percebam que no período que antecedeu a ditadura militar os presidentes vinham sendo eleitos pelo voto popular. Em uma República, o chefe de Estado é eleito pelos cidadãos ou seus representantes e permanece no poder por um tempo limitado. A ditadura militar interrompeu um período democrático de escolha de representantes políticos e manteve os militares no poder por mais de 20 anos. Somente em 1985 o regime democrático foi restabelecido – redemocratização do país –, chegando ao fim no Brasil uma das mais violentas ditaduras militares da América Latina.



Presidencialismo e parlamentarismo

No presidencialismo, o presidente é o chefe de governo e chefe de Estado. No parlamentarismo, o Poder Legislativo (parlamento) oferece sustentação política (apoio direto ou indireto) para o Poder Executivo. Logo, o Poder Executivo necessita do poder do parlamento para ser formado e também para governar. No parlamentarismo, o Poder Executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro (chanceler).

Estrutura do Estado brasileiro

República vem do latim *res publica* e quer dizer “coisa pública”. A gestão da coisa pública é o Estado em ação, que deve mobilizar vários recursos a favor da coletividade. Lembra quando discutimos a relação entre o público e o privado em uma democracia? Com o fim da ditadura militar, uma nova Constituição Federal (em 1988) foi elaborada. Essa Constituição ficou conhecida como Constituição Cidadã e estabeleceu alguns princípios que devem nortear a administração pública para que não haja, como mencionamos, confusão entre público e privado. O gestor da coisa pública deve governar seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Legalidade	Impessoalidade	Moralidade	Publicidade	Eficiência
As ações do governante devem ser realizadas em virtude da lei.	Todo ato administrativo não pode estar vinculado a interesses pessoais.	Todos são submetidos à obediência aos princípios morais e éticos.	Todos têm direito ao acesso às informações disponíveis na administração pública, ou a ela entregues.	A administração pública exige de seus órgãos e agentes rapidez, prontidão e eficácia no atendimento à população.

Atualmente a estrutura do Estado brasileiro se compõe de ministérios, secretarias especiais, autarquias, agências reguladoras e conselhos. O Governo Federal é composto por 26 ministérios, 9 secretarias da Presidência e 6 órgãos. O presidente da República pode, por meio de lei especial, criar, modificar a estrutura e extinguir ministérios, secretarias e órgãos da administração pública.

Seção 2

Divisão de poderes no Estado brasileiro



Figura 3: O Senado (à esquerda) e a Câmara (à direita) formam o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo.

Os representantes políticos dos cidadãos brasileiros são escolhidos a partir de eleições e estão sujeitos a um mandato que possui tempo limitado. As eleições são mecanismos que legitimam a escolha dos representantes, os quais precisam estar filiados a partidos políticos para se apresentarem como competidores à representação política. Uma vez eleitos, os representantes devem defender os interesses daqueles que o elegeram.

São eleitos representantes para os Poderes Executivo e Legislativo. O Poder Executivo fica encarregado de sancionar ou vetar projetos de lei e governa com base no Poder Legislativo. É representado, em âmbito nacional, pelo presidente da República; em âmbito estadual, pelos governadores; e nos municípios, pelos prefeitos.

O Poder Legislativo elabora leis que regem nossa política e tem como representantes senadores, deputados estaduais e federais e vereadores. Entre as funções elementares do Poder Legislativo está a de fiscalizar o Poder Executivo, votar leis orçamentárias e, em situações específicas, julgar determinadas pessoas, como o presidente da República ou os próprios membros da Assembleia Legislativa.

E o Poder Judiciário? Seus representantes não são eleitos; são nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado Federal, como é o caso do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Outros componentes do Poder Judiciário são concursados. Fazem parte dessa esfera de poder: ministros de justiça, desembargadores, juízes e promotores de justiça.

Seção 3

Democracia: uma forma de governo do povo, para o povo e pelo povo

Em uma democracia, o governo é exercido em função do bem comum. O povo participa do governo, que tem caráter descentralizado, pelo voto. Para viver de forma respeitosa, em relativa harmonia, os cidadãos precisam chegar a um consenso. Nas sociedades democráticas, o consenso assume, muitas vezes, o caráter de negociação, isto é, sustentam-se mecanismos de ajuste pelos quais os diversos atores cedem parte de seus interesses em favor de situações de interesse coletivo. A convivência pacífica entre posições divergentes está presente em uma forma de organização social democrática.

Façamos um exercício que nos leve a aprimorar o entendimento sobre o que seja regime democrático. Pensemos que hoje nos tornamos um Estado independente. Neste novo Estado é preciso que sejam escolhidos os gestores públicos. Suponhamos que existam dois candidatos ao Poder Legislativo. Esses candidatos devem pensar que leis elaborariam para que os cidadãos de nosso país vivam melhor. Ambos terão que ter disponíveis meios para explicar a todos os cidadãos a eficácia das leis pensadas por eles e para realizar debates com seu concorrente. Ao final, todos os cidadãos, inclusive os dois candidatos, escolherão, através de uma eleição, aquele que apresentou as leis com as quais mais concordaram.

Posteriormente, os votos serão contados e aquele que tiver o maior número de votos será considerado o vencedor, tal e qual regulamenta a Constituição do Estado.

Agora é a hora de dois outros candidatos concorrerem ao Poder Executivo. Cada um lerá atentamente as leis elaboradas pelo eleito para o Legislativo e dirá como pretende executá-las. Todo o processo decorrerá como o anterior: tempo para debates, votação e apuração.

Eleições, oposição política e a representatividade são fundamentais num regime democrático. Todavia, percebemos que não é só isso! É de fundamental importância a garantia dos direitos do cidadão.

Será que as leis elaboradas pelo Legislativo são realmente executadas de igual maneira para todos, independente de classe social, cor, credo, gênero?

Movimentos sociais



Figura 4: Movimento Diretas Já (1983-1984) / Mobilização popular por eleições diretas para presidente da República / Brasília, diante do Congresso Nacional.

Quando as leis elaboradas pelo Legislativo não são executadas de maneira igualitária para todos, quando determinadas situações não agradam a todos os cidadãos, muitos se organizam em grupos para encaminharem ações em prol de seus interesses. Essas mobilizações são denominadas movimentos sociais. Essas organizações nascem do seio da sociedade civil e, aos poucos, esses grupos lutam por reconhecimento do Estado. Na maioria dos casos, esses movimentos têm uma relação com o Estado, seja de oposição, seja de parceria, de acordo com seus interesses e necessidades.

Os movimentos sociais são ações coletivas com objetivo de manter ou mudar uma situação. Eles podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais. Há vários exemplos de movimentos sociais em nosso dia a dia: as greves trabalhistas, os movimentos por melhores condições de vida na cidade e no campo, os movimentos étnicos, feministas, ambientais e estudantis.

Em âmbito internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, trouxe à tona o debate acerca dos direitos nacionais e de minorias étnicas, adquirindo grande dimensão nas décadas de 1950 e 1960. O contexto histórico era a luta pela descolonização da África e da Ásia. Por sua vez, as minorias étnicas dos Estados Unidos, nesse contexto histórico, lutavam pela expansão dos direitos humanos e civis, reivindicando a queda de leis que apoiavam práticas racistas.

Vários aspectos contribuem para identificar um movimento social: a existência de um conflito; a consciência da situação de opressão que está relacionada intimamente com a perspectiva de sua manutenção ou conservação; a existência de relações de poder e a ação coletiva organizada com objetivos comuns.

No Brasil, tiveram grande importância os movimentos sociais que se articularam para o fim da sociedade escravocrata, e ganharam força na história brasileira os movimentos sociais de luta pela terra. O campo brasileiro está historicamente marcado pelo conflito – Canudos (1893-1897); Contestado (1912-1916); Guerrilha do Araguaia (1975 – importante na luta contra a ditadura militar); Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) – e a mobilização dos camponeses tem sido um mecanismo muito utilizado de reivindicação por uma distribuição mais justa de terras em nosso país. Hoje, no Brasil, o movimento de luta de maior expressão pela terra, inclusive internacional, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os movimentos sociais sempre foram tratados como caso de polícia no Brasil. No meio urbano, o movimento operário e sindical e o movimento estudantil, por exemplo, foram importantíssimos para o fim da ditadura militar no Brasil, ambos tratados com repressão e muita violência.

Em uma democracia, a convivência passa pelo consenso. Se parte da população do país não se sente contemplada pelas leis, ou pelas políticas públicas, essas pessoas têm todo o direito de reclamar, pacificamente, e de serem ouvidas por seus representantes políticos. A questão social em nosso país não pode ser considerada questão de polícia.

Saiba Mais



Figura 5: Mulheres e crianças prisioneiras da Guerra de Canudos.

Os movimentos de Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916) e Guerrilha do Araguaia (1975) foram criminalizados e tratados de forma repressiva e violenta pelo Estado brasileiro, causando milhares de mortes.

Vale a pena conferir!

Assista ao vídeo “A realidade de assentados por Reforma Agrária”, com duração de 7 minutos. Nesse vídeo produzido pela TV Câmara, é possível perceber como vivem as famílias, integrantes de movimentos sociais, que já conseguiram seu pedaço de terra.

Acesse: <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?Ink=BAIXE-E-USE&selecao=BAIXEUSE&nome=baixeEconomiaRep>.



Multimídia

Seção 4

Formas de manifestação da violência no Estado brasileiro

A violência pode se manifestar de maneiras diversas: através de guerras, conflitos étnico-religiosos, banditismo; pode ser caracterizada como violência contra a mulher, a criança, o idoso, como violência sexual, política, psicológica, física, verbal, dentre outras. O Estado, como já discutimos, é a única instituição que pode fazer uso da força para manter a ordem social. No entanto, o uso da força precisa ser mensurado e, em um Estado democrático, as manifestações sociais devem ser livres. A livre expressão é um dos princípios da democracia. É claro que é dever do Estado controlar para que as manifestações públicas não atentem contra o bem-estar da coletividade. Porém, essa repressão deve ser simultaneamente apoiada e vigiada pela sociedade civil, para que o controle excessivo dessas manifestações não venha a ferir o direito de luta por melhorias políticas e sociais.

Em suas mais variadas expressões, a violência é um fenômeno histórico que faz parte da constituição da sociedade brasileira. Pode ser causada por problemas sociais, como miséria, fome e desemprego. No Brasil, a colonização, a escravidão, tanto do índio quanto do africano, o coronelismo, as oligarquias, os períodos constituídos por governos autoritaristas e ditatoriais contribuíram enormemente para o aumento da violência que atravessa a história do país.

Atualmente é possível afirmar que a violência no Brasil mata mais do que a maior parte das doenças tradicionais. Temos como causas da violência a acelerada urbanização das últimas décadas, que colaborou para o aumento do contingente de pessoas nas áreas urbanas, contribuindo para o crescimento desordenado e desorganizado das cidades. As áreas periféricas da cidade são as mais atingidas pela violência e, quando ela extrapola e atinge as áreas onde residem pessoas com maior poder aquisitivo, há maior sensibilização por parte do Estado.

Há uma sensação de impunidade e injustiça em nosso país. Contribui para isso a convivência de grupos das polícias, representantes do Legislativo de todos os níveis e, inclusive, de autoridades do Poder Judiciário. A sensação de

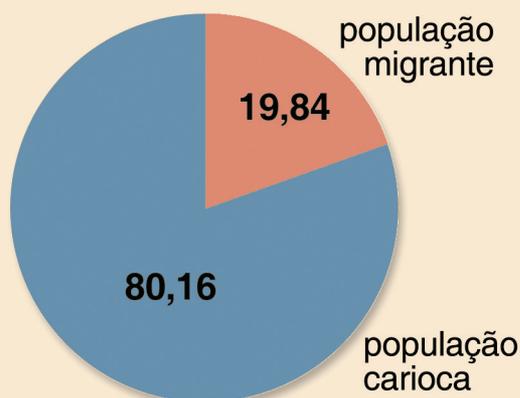
injustiça se agrava mais quando parte dos cidadãos percebe que as medidas repressivas recaem com maior vigor sobre a população pobre. A criminalização da pobreza é uma realidade, e é preciso combater o crime associando políticas de segurança pública com melhoria da educação, da saúde, do sistema habitacional e de oportunidades de emprego.

Outro fenômeno constatado é que a violência está se interiorizando. A estagnação econômica nas grandes capitais e regiões metropolitanas, os investimentos na segurança, a repressão ao crime nos grandes centros e o surgimento de novos polos de crescimento no interior de diversos Estados estão atraindo um contingente maior de pessoas para o interior dos estados, o que leva a maior conturbação nessas regiões.



Em estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o perfil da população carcerária da cidade do Rio de Janeiro (com base no Censo Demográfico de 2000) é elucidado. Nele, verificou-se uma série de informações que reforçam ou contradizem a visão generalizante que se tem em relação aos pretensos "promotores da violência na cidade". Observe o gráfico:

Gráfico – Origem da população carcerária do município do Rio de Janeiro (em %):



Perceba que nesse gráfico mais de 80% da população carcerária é natural da cidade do Rio de Janeiro e não vem de fora da cidade, como ouvimos comumente. Discuta como muitas vezes são feitas afirmações preconceituosas sobre os culpados da promoção da violência nas grandes cidades.

(Questão baseada no vestibular da PUC 2004).

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 5

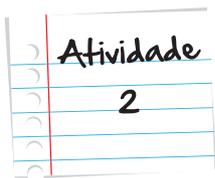
Brasil, uma nação

Embora sejam às vezes utilizados como sinônimos, existem grandes diferenças entre os conceitos de Estado e nação. Nação é um conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de idioma, religião, tradições, costumes e valores; é anterior ao Estado, podendo existir sem ele. Já um Estado pode compreender várias nações, como é o caso do Reino Unido ou Grã-Bretanha, formada pela Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales e Inglaterra. Podem existir nações sem Estado, como acontecia com os judeus antes da criação do Estado de Israel, e ainda ocorre hoje com os palestinos, curdos e ciganos.

O conceito de Estado-nação está ligado à ideia de centralização de poder, burocratização das instituições sociais e necessidade de comercialização de mercadorias mundialmente. A proteção de mercado não se limitava à fiscalização das fronteiras e taxação de produtos; era preciso estimular o senso de pertencimento dos indivíduos a um território fazendo emergir o sentimento de nacionalismo e patriotismo e, conseqüentemente, o protecionismo de mercado. Nesse sentido, passa a ser comum a exaltação das tradições, da língua, da religião, do folclore, da cultura da nação a qual se pertence. O país que colonizava outros territórios, por exemplo, começava por impor seu idioma e sua religião. Chama-se Estado-nação um território delimitado composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogênea.

Então, o Brasil é um Estado-nação? Sim, pois é uma unidade coletiva e cultural.

Mas é importante salientar que o modelo de Estado-nação tradicional vem sendo transformado pelo intenso processo de globalização. Em um mundo global, a ideia de pertencimento a um espaço firmemente demarcado está se diluindo. Segundo Stuart Hall (2006), hoje um tipo novo de mudança estrutural está fragmentando as paisagens culturais de gênero, sexualidade, etnia, classe e nacionalidade, que, no passado, forneciam sólidas localizações para os indivíduos. Os quadros de referências que no passado eram fixos, permanentes, hoje caracterizam-se pela flexibilidade, pela maleabilidade. Portanto, essa instabilidade pode levar a três resultados distintos: homogeneização cultural, reforço das identidades nacionais ou surgimento de novas identidades nacionais.



Leia o trecho do livro *O que faz o Brasil, Brasil*, do antropólogo Roberto DaMatta:

“Sei que sou brasileiro e não norte-americano, porque vivo no Rio de Janeiro e não em Nova York; porque falo português e não inglês; porque, ouvindo música popular, sei distinguir imediatamente um frevo de um samba; porque o futebol para mim é um jogo que se joga com os pés e não com as mãos; [...] porque sei que no carnaval trago à tona minhas fantasias sociais e sexuais; porque sei que jamais existe um ‘não’ diante de situações formais e que todas admitem um ‘jeitinho’ pela relação pessoal e pela amizade; [...] porque acredito em santos católicos e também nos orixás africanos; porque sei que existe destino e, no entanto, tenho fé no estudo, na instrução e no futuro do Brasil; porque sou leal a meus amigos e nada posso negar a minha família; porque, finalmente, sei que tenho relações pessoais que não me deixam caminhar sozinho neste mundo, como fazem os meus amigos americanos, que sempre se veem e existem como indivíduos!”

Faça como o antropólogo Roberto DaMatta e construa uma comparação. Nela deve existir a mesma relação de afirmativas e negativas. O objetivo é perceber como as características culturais nos identificam enquanto povo.

Anote suas respostas em seu caderno

Resumo

Nesta unidade buscamos compreender o processo histórico e sociopolítico de formação do Estado brasileiro, percebendo que, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, no século XX, se construíam Estados de bem-estar social, nos países periféricos, como os da América Latina, sucederam-se variadas formas governamentais, dentre elas a ditadura, implantada por meio de golpes militares.

O Brasil proclamou a República em 1889 e tornou-se uma República Federativa Presidencialista, ou seja, uma república que adotou o sistema presidencialista de governo. Ao longo tanto da República Velha quanto da República Nova, observamos a sucessão de presidentes e de golpes políticos.

Após a ditadura militar, o Brasil redigiu uma nova Constituição, a Constituição de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã. A partir de então, ficaram estabelecidos alguns princípios que devem nortear a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Vimos também que os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo são escolhidos pelos cidadãos brasileiros a partir de eleições e estão sujeitos a um mandato que possui tempo limitado. Alguns membros do Poder Judiciário são nomeados pelo presidente da República e outros são concursados.

O regime de governo adotado atualmente pelo Brasil é o regime democrático, que é o oposto ao regime ditatorial. Em uma democracia, o povo participa do governo, que tem caráter descentralizado, pelo voto. Para viver de forma respeitosa, em relativa harmonia, os cidadãos precisam chegar a um consenso.

Em regimes democráticos, se as leis elaboradas pelo Legislativo não forem realmente executadas de igual maneira para todos, vimos que a sociedade civil se mobiliza, através de movimentos sociais, para lutar por seus direitos. Os movimentos sociais têm o importante papel de pressionar o Estado para o atendimento de demandas sociais. Percebemos também que muitas vezes os movimentos sociais são tratados como caso de polícia, e esse confronto pode causar conflitos violentos.

Estudamos também as diversas formas de violência no Estado brasileiro: violência no meio urbano e rural; e, por fim, observamos as características de um Estado que se constitui enquanto nação. Observamos que, com o processo de globalização, a identidade nacional do Estado-nação, antes fixa e sólida, hoje está mais flexível e maleável.

Referências

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Imagens



• <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Brasil>



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlio_Vargas_08111930.jpg



• <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Juscelino.jpg>



• <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jango.jpg>



• <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figueiredo.jpg>



• <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura/poder-legislativo>



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas_J%C3%A1



• <http://www.infoescola.com/historia/guerra-de-canudos/>



• <http://www.sxc.hu/photo/517386>

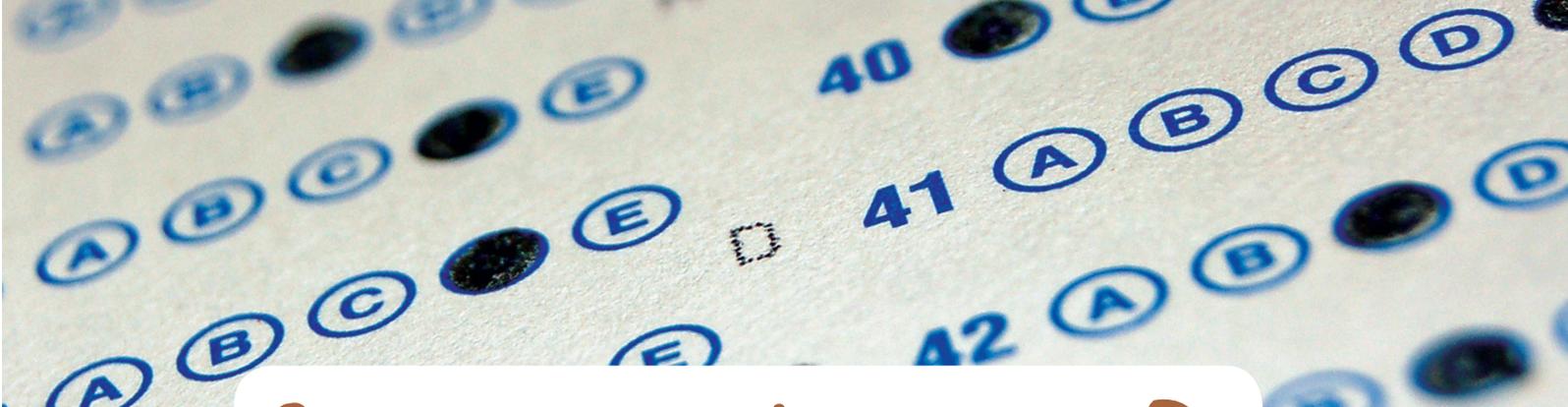
Atividade 1

No imaginário da população das metrópoles a respeito da periferia, há uma visão generalizante – e que ganha força junto aos formadores de opinião em períodos de ampliação das “crises urbanas” – de que a chegada de populações migrantes à cidade amplia a violência. Esses migrantes, por virem de lugares onde predominam a pobreza, o desemprego, o subemprego, o atraso infraestrutural e a violência explícita, reproduzem, na metrópole, essa ambiência violenta. Além de trazerem essa “bagagem de atraso”, os migrantes competem com as populações locais nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. Como não são competitivos frente aos nativos da cidade, não se inserem no mercado oficial de trabalho, dirigindo-se, como estratégia de sobrevivência ou mesmo “como tendência natural”, para a marginalidade e a ilegalidade, o que reforça a violência nos já conturbados ambientes metropolitanos. A opção pela marginalidade acarretaria, finalmente, o inchamento dos espaços carcerários. Essa visão reacionária e conservadora é derrubada pelos resultados da pesquisa, que indica serem os próprios cariocas os indivíduos que mais cometem ilegalidades e que, portanto, incham o ambiente carcerário. Percebe-se, portanto, que os “outsiders” (de fora) são mais preocupados em respeitar o estabelecido legalmente do que os “insiders” (locais).

Atividade 2

O texto de Roberto DaMatta nos faz refletir que temos uma identidade social própria, que nos portamos de uma forma e não de outra porque somos brasileiros e não norte-americanos ou italianos, que cada país, cada sociedade, cada ser humano, utiliza-se de um limitado número de “coisas” (e de experiências) para se constituir como algo único.





O que perguntam por aí?

Questão 1 (Uerj)

"Um dos documentos mais curiosos para a história da grande data de 15 de novembro consiste, a nosso ver, no aspecto inalterável da rua do Ouvidor, nos dias 15, 16 e 17, onde, a não ser a passagem das forças e a maior animação das pessoas, dir-se-ia nada ter acontecido. Tão preparado estava o nosso país para a República, tão geral foi o consenso do povo a essa reforma, tão unânimes as adesões que ela obteve, que a rua do Ouvidor, onde toda a nossa vida, todas as nossas perturbações se refletem com intensidade, não perdeu absolutamente o seu caráter de ponto de reunião da moda." (Adaptado de THOME, J. "Crônica do chic". 1889. Apud PRIORE, M. D. et al. **Documentos de História do Brasil de Cabral aos anos 90**. São Paulo: Scipione, 1997).

"Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver uma parada militar." (CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

Nos textos apresentados, encontram-se as opiniões de dois observadores do fim do século XIX – José Thome e Aristides Lobo – a respeito da Proclamação da República. A divergência entre as posições dos autores sobre o evento refere-se ao seguinte aspecto:

- a. ideário republicano.
- b. reação da população.
- c. caráter elitista do movimento.
- d. caracterização política do regime.

Questão 2 (Enem 2010)



Passeata em Memphis, Tennessee, EUA, 1968. Nos cartazes, a frase "Eu sou um homem".

FIGUEIREDO, Luciano (org). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

Eu sou um homem, e é todo o passado do mundo que preciso retomar. Cada vez que um homem fez triunfar a dignidade do espírito, cada vez que um homem disse não a uma tentativa de escravização de seu semelhante, eu me senti solidário com sua atitude. Eu, homem de cor, quero apenas uma coisa: que nunca mais haja escravização do homem pelo homem.

FRANTZ FANON

Pele negra, máscaras brancas. Salvador: UFBA, 2008.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos sociais contra políticas de discriminação em sociedades americanas e africanas.

A foto e o texto remetem a uma conjuntura histórica em que proliferaram movimentos defensores da:

- a. revisão dos códigos penais.
- b. expansão dos direitos civis.
- c. abolição das hierarquias sociais.
- d. valorização das diferenças étnicas.

Questão 3 (IFBA)

"O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediadores. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar

saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais." (SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 41-42).

Analisar o direito ao campo brasileiro na perspectiva democrática torna-se uma questão de grande complexidade para os cientistas sociais. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a. O processo de redemocratização possibilitou a conquista dos direitos sociais do homem do campo, com a extinção das condições de trabalho escravo.
- b. Os movimentos sociais de luta pela e na terra reivindicam a conquista dos direitos sociais da democracia na sua prática cotidiana.
- c. A implantação da política agrária pelo Estado democrático de Direito socializou a estrutura da propriedade da terra no campo brasileiro.
- d. O aumento substancial da produtividade, do trabalho e emprego pelo agronegócio vem garantindo a cidadania ao homem do campo.
- e. Os povos e as comunidades tradicionais têm a propriedade da terra garantida em lei pelo direito histórico ao território para a reprodução social da vida.

Questão 4 (Enem 2011)

Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática (Adaptado de SOUZA, M. A. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática porque:

- a. determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- b. aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- c. pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- d. privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- e. propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

Questão 5 (UFPA)

No mês de maio de 2011, desabaram sobre a sociedade brasileira cenas de uma dupla violência: a violência contra a terra, com a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, e a violência contra a pessoa humana, com os assassinatos dos líderes camponeses Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, que se opunham ao desmatamento na Amazônia (Adaptado de BALDUÍNO, dom Tomás. O Código Florestal e a Violência no campo. **Santa Catarina 24h**. 6 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=79182>>).

O campo brasileiro está, historicamente, marcado por conflitos que envolvem interesses opostos dos diversos atores sociais. Os recentes fatos apresentados estão relacionados ao/à(s):

- a. oposição entre ambientalistas que aprovam o Código Florestal e ruralistas que exigem ampliação das áreas para produção.
- b. ações que resultam em desmatamento e concentração fundiária, de um lado, e à defesa da floresta e da posse da terra pelos trabalhadores rurais, de outro.
- c. ampliação da área de reserva legal defendida pelo agronegócio na Amazônia, em detrimento das áreas agrícolas destinadas ao pequeno agricultor.
- d. expansão das áreas de preservação permanente (APP) nas margens dos rios, que favorecerá as comunidades extrativistas.
- e. embate entre os trabalhadores rurais sem-terra que defendem o Código Florestal e os latifundiários que veem a reserva legal como obstáculo.

Respostas

1. Letra b.

Os dois textos falam da reação do povo aos acontecimentos políticos da época. O primeiro texto busca ressaltar que o povo não demonstrou reação exagerada ao fato político por estar tão inserido no processo de transição da monarquia para a república que a reação não foi de surpresa. O segundo texto afirma que a indiferença do povo se devia ao total alijamento deste dos processos políticos institucionais do nosso país.

2. Letra b.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o debate acerca dos direitos nacionais e de minorias étnicas expandiu-se, adquirindo proporções maiores nas décadas de 1950 e 1960, na conjuntura das lutas de descolonização na África e na Ásia. Na sociedade norte-americana, em função da vigência de leis de segregação racial, esse debate adquiriu repercussão. Em nome da expansão e da universalização dos direitos humanos e dos direitos civis, diversos grupos e organizações reivindicaram o fim dos preceitos jurídicos que implementaram e justificaram práticas discriminatórias.

3. Letra b.

No texto do geógrafo Milton Santos destaca-se a importância dos movimentos sociais na conquista por direitos, visto que a redemocratização do país não garantiu a ampliação dos direitos sociais nem a extinção do trabalho escravo no campo. É preciso vigilância constante para que os direitos dos moradores do campo sejam respeitados.

4. Letra c.

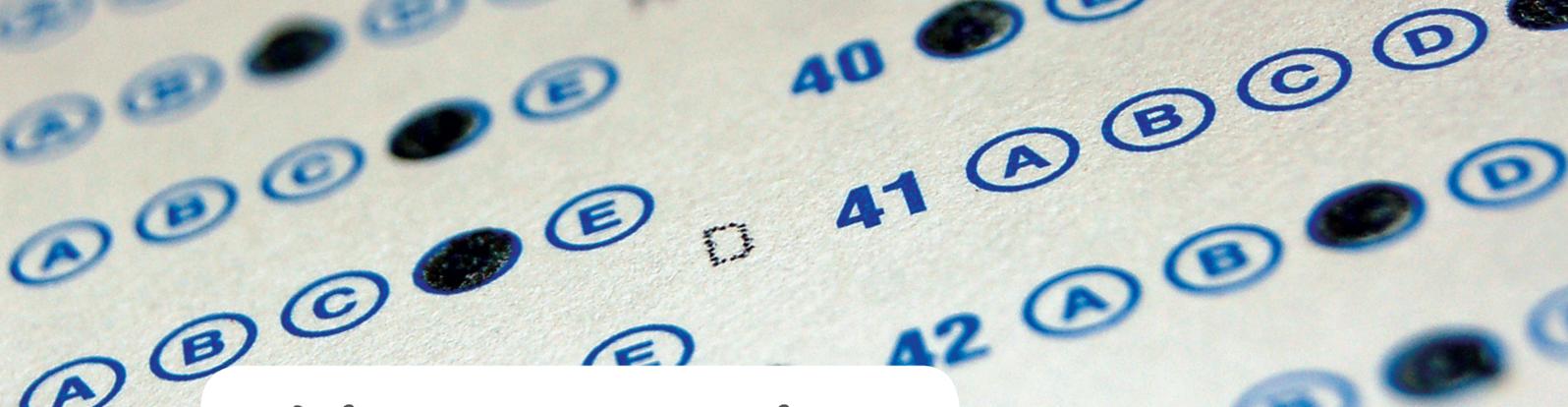
As ONGs (Organizações não-governamentais) atuam num processo de conscientização da sociedade sobre determinado assunto social e ainda criam uma espécie de “diálogo” com as instituições do Estado.

Portanto, os movimentos sociais pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.

5. Letra b.

Nesta questão destaca-se a oposição entre aqueles que, por interesses econômicos, desmatam e buscam aumentar sua concentração de terras e aqueles envolvidos na defesa da floresta e na luta pela justa distribuição de terras em nosso país.





Atividade extra

Questão 1

“Em uma República, o chefe de Estado é eleito pelos cidadãos ou seus representantes e permanece no poder por um tempo limitado”.

Essa afirmativa pode ser atribuída ao período que

- a. precedeu à ditadura militar.
- b. ocorreu durante a ditadura militar.
- c. antecedeu e sucedeu a ditadura militar.
- d. ocorreu no Brasil império.

Questão 2

Atualmente alguns segmentos da sociedade brasileira têm defendido uma divulgação mais transparente dos gastos públicos através de facilidades que as novas tecnologias proporcionam aos cidadãos. A defesa desse procedimento se ampara no fato de que o dinheiro público é produto de impostos pagos pelos cidadãos. O princípio que se propõe a tornar as ações de uma gestão mais bem conhecidas pelos cidadãos pode ser definido como um princípio do âmbito da:

- a. legalidade.
- b. gestão liberal do Estado.
- c. publicidade.
- d. partidarização dos bens públicos.

Questão 3

O Brasil é uma República Federativa porque adota o sistema presidencialista de governo.

Em uma república, o chefe de Estado é eleito:

- a. pelos partidos.
- b. pelos cidadãos.
- c. pelos adultos.
- d. pela sociedade.

Questão 4

Os representantes políticos dos cidadãos brasileiros são escolhidos a partir de eleições e estão sujeitos a um mandato que possui tempo limitado.

São eleitos representantes para os Poderes:

- a. Judiciário e Legislativo.
- b. Executivo e Judiciário.
- c. Executivo e Parlamentar.
- d. Executivo e Legislativo.

Questão 05

Um dirigente democrático, republicano e honesto deve se destacar por uma postura que:

- a. coloque os interesses públicos acima dos interesses privados, até mesmo quando a parte interessada for seu amigo.
- b. saiba ouvir qualquer opinião, privilegiando aqueles que defendam ideias que combinem com sua maneira de pensar.
- c. exclua um lema sagrado: aos amigos tudo, aos inimigos a lei.
- d. nenhuma das opções acima pode ser atribuída a um dirigente democrático e republicano.

Gabarito

Questão 1

- A** **B** **C** **D**

Questão 2

- A** **B** **C** **D**

Questão 3

- A** **B** **C** **D**

Questão 4

- A** **B** **C** **D**

Questão 5

- A** **B** **C** **D**

